



Leandro Macedo
Carlo
Alvaro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA REUNIÃO DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, pelas nove horas e quarenta minutos, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a presença de vinte e oito membros, constantes no respetivo livro, presidida por **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereadores **João Joaquim Saraiva Ribeiro**, **José Carlos Oliveira Silva** e **Maria Catarina Santos Assis**. -----

De seguida foi lida a convocatória enviada aos membros da Assembleia Municipal e na qual constavam os seguintes pontos da: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

- I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO -----
- II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----
- III. ORDEM DO DIA -----

PONTO UM – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara, nos termos do preceituado na alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

PONTO DOIS – Apreciação do Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro (cfr. artº 40º, nº 4, alínea c), da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro); -----

PONTO TRÊS – Apreciação e votação do “Regulamento do serviço de abastecimento público de água do Município de Tabuaço” (cfr. alínea g) do nº 1 do sobredito artº 25º.); --

PONTO QUATRO – Apreciação e votação do “Regulamento do serviço de gestão de resíduos urbanos do Município de Tabuaço” (cfr. alínea g) do nº 1 do sobredito artigo 25º.); -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

PONTO CINCO – Apreciação e votação do Regulamento do serviço de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Tabuaço” (cfr. alínea g) do nº 1 do sobredito artº 25º.); -----

PONTO SEIS – Apreciação e votação da “Tabela de taxas” (cfr. alínea g) do nº 1 do sobredito artigo 25º); -----

PONTO SETE – Apreciação e votação da proposta da primeira revisão ao orçamento das receitas e das despesas e das grandes opções do plano de 2015 (cfr. alínea a) do nº 1 do sobredito artº 25º); -----

PONTO OITO – Apreciação e votação da proposta de orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de 2016 (cfr. alínea a) do nº 1 do sobredito artigo 25º.); ---

PONTO NOVE – Apreciação e votação da proposta das grandes opções do plano para o ano 2016 (cfr. alínea a) do nº 1 do sobredito artigo 25º.); -----

PONTO DEZ – Apreciação e votação da proposta do mapa de pessoal para o ano 2016 (cfr. alínea o) do nº 1 do sobredito artigo 25º.); -----

PONTO ONZE – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, após saudar todos os membros presentes, abriu os trabalhos com a informação de que o deputado **José Joaquim Almeida Azevedo** pediu a suspensão do mandato pelo período de dez dias, sendo substituído por **Vítor Manuel da Costa**, fazendo de imediato o respetivo juramento. -----

Também a deputada **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro**, pediu a suspensão do mandato, sendo o lugar nesta sessão preenchido pela deputada **Maria Goretti Neves Ribeiro**, dispensado o ato da posse, pelo facto de o haver feito noutras ocasiões semelhantes. -----

Feita a chamada, verificou-se a presença de todos os elementos desta Assembleia Municipal, seguindo-se a leitura da convocatória e da ata da reunião anterior, que posteriormente posta a votação foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, três abstenções e um voto contra do Presidente da **União de Freguesias de Távora e Pereiro**, fazendo uma declaração para justificar a sua opção, pelo facto do Executivo não responder aos ofícios por si enviados. -----

No período reservado ao público, usou deste direito o cidadão **Manuel Augusto Lemos Couto Azevedo** e respondendo a um deputado que não identificou, numa das reuniões



Ramiro
Alves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

anteriores teria solicitado para que falasse dos submarinos. Falando desta arma da Marinha Portuguesa disse que começou ainda no tempo da Monarquia, e reafirmada pelos vários e sucessivos regimes do país inclusive pelo saído do 25 de abril. A última frota de quatro unidades foi adquirida em 1962, entregues seis anos mais tarde e a sua média de vida oscila entre os trinta e quarenta anos. Quando em 2002 o partido C.D.S. assumiu a pasta da Defesa Nacional, apenas um estava operacional e herdou o concurso para aquisição de nova frota do governo anterior, sendo tomada a decisão para reduzir a compra a apenas duas unidades, baixando em cinquenta por cento o preço total da compra para mil milhões de euros, decisão aceite por todos os ex-ministros que a havia escrito na Lei de Programação Militar. Não fosse esta decisão e Portugal seria o único país atlântico que não teria arma submarina, ao contrário de todos os países europeus. O cidadão Manuel Azevedo enumerou por fim a relevância estratégica da frota submarina na defesa da soberania nacional, dizendo ainda que com a sua intervenção espera ter contribuído para a importância da arma submarina portuguesa, que merece respeito e se acabem com os comentários sobre a compra dos mesmos. -----

Seguidamente falou o cidadão **José Luís Pinto Barradas** invocando a sua democracia participativa, para uma vez mais falar de um assunto com mais de onze anos, referindo-se a um muro ilegal construído por um ex-vereador em terrenos pertencentes a seus pais, condenado judicialmente por abuso de poder e neste tempo todo, nenhum Presidente de Câmara tenha resolvido o problema, apesar das constantes promessas. Em relação ao atual Presidente, o cidadão **José Luís**, interpelou-o enquanto candidato, tendo recebido como resposta que tudo terá de decorrer segundo a lei. Em setembro de 2015, recebeu uma carta assinada pelo Presidente da Câmara, dizendo que todos os condóminos haviam sido notificados para que em dez dias úteis pudessem exercer o seu direito à audiência prévia. -----

Referiu também que o senhor em causa não levantaria as cartas da Câmara enviadas pelos correio, sendo depois a Guarda Nacional Republicana a ocupar-se de tal tarefa, mas também esta tentativa não surtiu efeito. -----

Segundo referiu, a sua presença serve apenas para denunciar a situação, que durante todo este tempo tem tido por parte dos responsáveis, atitudes que mais não servem para ir adiando a solução do problema e que tem tudo para se convencer que não passa de um branqueamento para a não assunção de responsabilidades. -----

O cidadão **José Luís Pinto Barradas** terminou a sua intervenção e abandonou a sala, pelo que não ouviu o Presidente da Câmara dizer que as notificações foram feitas de acordo com as instruções dadas pelo Gabinete Jurídico. -----



Randa Stank
Aesj
Afran

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Ainda sobre este assunto o deputado **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota** interpelou o Presidente da Câmara para que esclarecesse qual a solução a ser aplicada ao caso, para que o plenário ficasse a saber qual o andamento deste processo. Solicitou também a informação sobre o valor da obra e o que é que a mesma contempla. -----

O Presidente da Câmara respondeu que o relatório da IGF aponta no sentido dos proprietários serem notificados, para apresentarem um projeto do muro e procederem à sua construção, mas como não houve qualquer resposta por parte desses proprietários, houve nova notificação para se proceder à posse administrativa pela Câmara Municipal e assim esta efetuar a obra apresentando aos mesmos as respetivas despesas. -----

Quanto aos prazos para a sua conclusão, o Presidente da Câmara não pôde precisar, uma vez que corre os trâmites legais. A obra foi adjudicada, houve a notificação estando a decorrer o período de audiência prévia de um dos notificados e, terminado este período, poder-se-á então falar de prazos. Quanto ao valor da obra, o Presidente da Câmara não tinha de memória o mesmo, mas ainda durante o decorrer da reunião, podia essa informação ser dada através do departamento competente. -----

Terminadas as intervenções dedicadas à intervenção do público, passou-se ao **“PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA”** com a informação do Presidente da Assembleia Municipal da sua presença na reunião em S. João da Pesqueira, no âmbito da Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, destacando nessa reunião a discussão sobre o orçamento e mapa de pessoal, bem como a situação do Hospital de Lamego, em relação à aquisição de uma máquina de TAC, que uma vez mais não foi contemplada na candidatura cujos valores ronda os cento e vinte mil euros, num orçamento de trinta e dois milhões do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, lamentando que a administração não reconheça tal necessidade, evitando assim custos desnecessários referentes às deslocações de doentes entre Lamego e Vila Real, contribuindo também para uma assistência mais próxima às populações do Douro Sul. -----

No seguimento da sua intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, propôs ao plenário, uma proposta de Voto de Louvor ao Grupo de **Teatro Amador de Tabuaço – TEATRAÇO** pelo êxito alcançado ao longo da sua ainda curta existência e posto a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. A referida proposta será parte integrante desta ata. -----

Depois de ter dado a conhecer todo o expediente recebido no tempo que medeia esta e a reunião anterior, foi dada a palavra ao Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, perguntando à Mesa da Assembleia, para quando a resposta dos ofícios por si enviados à mesma, uma vez que os que envia para o executivo são ignorados. Lamentou



Rancho Verde
Aleg
Alvar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

também o facto de que para resolver alguns problemas no Pereiro, um funcionário da Câmara, tenha procurado o secretário daquela freguesia e não o Presidente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que rececionou os referidos ofícios, embora a este órgão autárquico não caiba a responsabilidade de atender às questões aí formuladas, tendo o Presidente da Câmara dito que não se revê nas críticas avançadas pelo Presidente de Távora e Pereiro, até porque a sua resolução está em andamento e em alguns casos até resolvidos. -----

Seguidamente o Presidente da Junta de Freguesia de Longa, apresentou um Voto de Pesar, pelo falecimento de **Maria Otília Antunes Sousa**, ocorrido no dia 18 de outubro de 2015, avó materna da Dra. Otília Lopes, tesoureira da Junta de Freguesia de Longa. -----

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Continuando com a sua intervenção, o Presidente da Junta de Freguesia de Longa, disse que o executivo tinha até ao momento 790 dias no poder e enumerou algumas carências na sua freguesia, nomeadamente os caminhos agrícolas, incluindo o de Arcos a Longa, que foi limpo, mas quando chegou ao término de Arcos os trabalhos foram interrompidos. A falta de máquinas para o seu arranjo e o estado das fossas são entre outras coisas assuntos aos quais devem ser dada a melhor atenção, inclusive a uma habitação no Bairro Octávio Cruz, onde vive um jovem casal e merece intervenção rápida. Relevou ainda a construção da Casa Mortuária e abertura de uma via desde o Santuário à Lage do Mato, então consideradas como obras prioritárias, terminando a sua intervenção com o pedido de que fosse revelado o prazo para o início das obras. -----

O Presidente da Câmara registou as palavras proferidas pelo orador que o antecedeu, reconheceu que há freguesias onde se tem feito menos que noutras, mas referiu que independentemente do tempo que já passou, há-de haver anos em que outras freguesias possam ver essa justiça ser reposta, importa isso sim é que, quando chegar o fim do mandato se possa ver a equidade e o equilíbrio das obras levadas a cabo em todo o território. -----

O Presidente da Câmara reconheceu alguns atrasos no arranjo de alguns caminhos, mas disse que tal se deve à falta de uma máquina que melhor se ajuste a este tipo de trabalhos, mas até à data ainda não foi possível adquirir, esperando que no ano 2016 se possa resolver está questão, seja com a compra de uma máquina ou ao recurso à contratação de prestação de serviços, para fazer face às situações mais urgentes. O Presidente da Câmara repudiou veementemente qualquer ideia de que esteja a ser dado tratamento preferencial a umas juntas em detrimento de outras e os compromissos



Rancho Verde
Aleg
Ave

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

assumidos, atrás referidos pelo Presidente da Freguesia de Longa, são para cumprir de acordo com o calendário disponível para a concretização dos mesmos. -----

De seguida foi dada a palavra ao deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**, para realçar o constrangimento por ouvir algumas expressões aqui usadas, sejam elas de índole individual, institucional ou coletiva, que à sua maneira gosta de interpretar as intenções com que são ditas, sendo apanágio dos políticos em Tabuaço dizer que após as eleições isto é uma grande família e admirado quando ouviu a frase de que há freguesias ligadas a determinados grupos. Por outro lado anunciou também que no fim do ano fará o balanço dizendo que havia feito dois pedidos à Assembleia Municipal, cuja resposta foi dada por interposta pessoa, de maneira exaustiva e as perguntas foram simples, como por exemplo, qual foi a resposta do Tribunal de Contas relativamente à situação que faz agora um ano e quais foram os municípios à volta que fizeram isso e com as quais tiveram contacto. -----

Fez depois uma comparação de uma determinada família com o concelho de Tabuaço em reposta à atitude do executivo, na contemplação de obras a serem feitas nas freguesias em que podem ser mais beneficiadas umas de que outras, devendo portanto haver justiça no tratamento entre todas. -----

O Presidente da Junta de Távora e Pereiro, voltou a usar da palavra sobre umas luminárias no Pereiro, que a EDP diz ser responsabilidade da Junta de Freguesia. Quanto ao fornecimento de água nesta freguesia, e apesar de lhe terem dito que a máquina giratória assim que terminasse o trabalho em Cabriz iria aí abrir uma vala, pois a água anda nos terrenos de um proprietário, que reclama uma solução e chamou a atenção para a falta de saneamento básico. -----

Em relação a Távora falou dos caminhos agrícola, das obras na Capela de Santa Bárbara bem como na limpeza das matas envolventes à nascente que em tempos fornecia a população da freguesia e ainda o muro que caiu em Quintã e solicitou a reparação das valetas, porque considera que não é a melhor solução intervencionar o piso todos os anos, pois apenas danifica porque põe em causa a compactação. -----

Em resposta ao Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, o Presidente da Câmara solicitou que fosse entregue na Mesa da Assembleia todos os pedidos que tivesse em seu poder, para que no prazo mínimo as respostas fossem transmitidas. -----

Os trabalhos recomeçaram após um pequeno intervalo, quando eram 12 horas e de imediato se entrou no período da **ORDEM DO DIA** com o **Ponto Um** sobre a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, sobre a atividade municipal. -----



Luís Aguiar Ferreira
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Sobre este ponto, pronunciou-se o deputado **Luís Aguiar Ferreira**, sobre a redação do documento, no qual consta os dias em que se efetuaram algumas situações, mas não correspondem às datas em que as mesmas são relatadas dando como exemplo as palavras (ontem) que confrontando com os dias assinalados ficam desfasadas no tempo. -

Respondeu o Presidente da Câmara, manifestando o seu acordo quanto à chamada de atenção, mas tal acontece possivelmente porque a transcrição das atas das sessões de Câmara, das deliberações e tomadas de conhecimento é feita na íntegra, achando por bem fazer essa correção no futuro. -----

Passando ao **Ponto Dois** sobre o Relatório Semestral do Saneamento Financeiro, não houve qualquer intervenção sobre o assunto. -----

Entrou em discussão o **Ponto Três** relacionado com o Regulamento do serviço de abastecimento de água ao Município e em simultâneos também os **Pontos Quatro, Cinco e Seis** referentes aos resíduos urbanos e águas residuais. Dada a palavra ao Presidente da Câmara, começou por dizer que a discussão destes pontos pode ser feita em conjunto, porque a matéria é similar e são assuntos transversais. Informou que a Câmara Municipal até há poucos meses atrás tinha um regulamento de fornecimento de água e outro de saneamento de águas residuais urbanas, não tendo portanto um regulamento da gestão de resíduos urbanos e, segundo recomendações da entidade competente, foi comunicado à Câmara que atendendo à nova legislação, os regulamentos em causa deviam ser atualizados. Estes regulamentos decorrem da imposição pela Lei em vigor e o município, a exemplo de mais quatro câmaras a nível nacional, não dispõe de regulamentos que permitam cobrar taxas de saneamento e de recolha de resíduos, pois obrigatoriamente tal tem de ser feito e porque a Câmara não pode prestar um serviço sem no entanto tentar equilibrar a receita do serviço prestado com a despesa daí inerente, cumprindo assim os imperativos legais a que a própria lei obriga. Informou também que os valores da água se mantêm inalteráveis. -----

Relativamente às casas que não disponham da rede de saneamento, ficarão isentas do pagamento que seria injusto, uma vez que não usufruem de tal benefício. -----

Para debater este assunto foi dada a palavra ao deputado **Luís Aguiar Ferreira**, que começou por comparar os valores cobrados atualmente com os previstos através de uma fatura sua, afirmando que os valores a cobrar triplicarão. Disse ainda que segundo os documentos fornecidos, os valores da água a pagar pelo munícipe sobem no segundo escalão. Aconselhou no entanto que se fizesse alguma reflexão sobre isto, porque a exemplo de executivos anteriores, as taxas e regulamentos não sofreram alterações, classificando esta atitude como imoral, porque a oneração exigida não corresponde ao serviço oferecido ao munícipe, sabendo que as condições não são iguais para todos,



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

nomeadamente no abastecimento de água, onde ainda existem muitas freguesias, que no período de Verão têm dificuldades não só de quantidade como de qualidade do líquido. Considerou também injusto a cobrança de saneamento, quando muitas famílias não têm acesso a esse bem, sendo imoral que se cobre um serviço quando o mesmo não é prestado. -----

Seguidamente falou o Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, solicitando a cedência do regulamento e informou que as suas localidades têm água e depósitos próprios, interrogando sobre o que vai ser feito a essa água, aconselhando o município a ter alguma preocupação com a rede de baixa pressão, manifestando algumas dúvidas sobre a qualidade da água. -----

O Presidente da Junta de Sendim pediu a palavra dizendo que na sua freguesia a exploração de água é própria sendo portanto da sua responsabilidade, querendo saber, tendo em conta este regulamento, onde se enquadra Sendim e como vai salvaguardar a sua posição. -----

O deputado **Moutinho de Carvalho** interveio para esclarecimento de uma dúvida, porque ao consultar a documentação verificou que estavam publicados em Diário da República os regulamentos e que só agora vieram à Assembleia Municipal, tendo logo o Presidente da Assembleia esclarecido que são os projetos de regulamento que vão à apreciação pública e, por isso, publicados em Diário da República, não os regulamentos definitivos, estes sim, a apreciar em sede da Assembleia Municipal. -----

Para responder às questões que foram colocadas, o Presidente da Câmara disse que ninguém gosta de onerar munícipes sem razão, porque existe a noção de que qualquer decisão neste sentido vira-se contra quem a toma e o principal visado será o executivo, mas por outro lado, e apesar de entender algumas ressalvas proferidas pelos oradores que o antecederam, a verdade é que noutros municípios existem situações similares às do concelho de Tabuaço, como seja o deficiente tratamento de saneamento e fornecimento de água, não sendo por isso que tais serviços não são cobrados. O executivo gostaria de não ter de aplicar estas medidas e deixar tudo como até aqui, mas é também injusto porque é um serviço que a autarquia presta e não é ressarcida do mesmo, estando de acordo que há muitas situações que têm de ser regularizadas. -----

Quando à época foram celebrados os acordos com as Águas de Trás-os-Montes, houve certos casos que não foram salvaguardados, que mais tarde passaram para a esfera do município para serem resolvidos. O Presidente da Câmara disse ainda que a CIMDouro propôs uma lista de intenções no que respeita ao tratamento de águas residuais, para obtenção de fundos comunitários e fazer alguns investimentos nesta área. Foi enviada a relação de todas as necessidades, abriu posteriormente uma candidatura à qual a Câmara



Rodrigo Tabal

afp
P. P. P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

vai concorrer para o cadastro da rede de água e saneamento, acreditando que, caso o concelho seja contemplado, e embora não haja dinheiro para todas as situações, serão discutidas as prioridades. -----

O Presidente da Câmara disse ainda, que apesar de estar convencido que o aumento de qualquer taxa nunca é bem aceite pelo consumidor, certo é que tem de haver coragem de o assumir, porque a situação do concelho não é muito diferente de muitos outros onde esses pagamentos já existem, porque tem de se cobrar aquilo que ao município também lhe é exigido. Lembrou ainda que nesta sessão se trata apenas de uma aprovação de regulamentos que já existem desde 2007, que podiam já ter entrado em vigor e que esta aprovação não implica a cobrança do saneamento, pois o que está a ser discutido são situações distintas, mostrando abertura para que cada caso seja discutido e arranjada a melhor solução. -----

Relativamente a Sendim, o Presidente da Câmara informou que este regulamento não traz nada de novo, uma vez que a condição de exceção se mantém. Relevou o estudo de verticalização ou fusão do sistema, para se saber qual é o valor de ambas as redes, para no futuro haver a capacidade e informação que permita ao município decidir, se é preferível a verticalização - a exemplo de muitas câmaras - ou se é mais vantajosa uma solução própria, que entende ser a melhor, esperando que seja consensual, mas que tal problemática não deve passar pela decisão de se dizer que nada se paga, não sendo correta a postura do consumidor não pagador. -----

Disse ainda que dada a complexidade deste assunto, não vê inconveniente que o mesmo seja objeto de uma discussão mais alargada. Em relação às pessoas que não tenham saneamento, terão a possibilidade de, pagando a respetiva taxa, a Câmara suportaria a despesa com o despejo das fossas sépticas, aliás uma prática que já vem sendo usada desde há alguns anos. -----

O deputado **Luís Aguiar Ferreira** voltou a intervir, para pedir alguns esclarecimentos sobre a intervenção anterior que lhe deixou algumas dúvidas, pois ao aprovar o regulamento ficariam aprovadas as taxas automaticamente. -----

O Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro revelou que alguns consumidores no Pereiro pagam ar ao preço de água, porque a mesma não chega lá e o contador conta na mesma e chamou à atenção para o facto de muitos consumidores de alto consumo não pagarem os seus recibos porque sabem que ao fim de seis meses a dívida prescreve, concluindo com a pergunta sobre o que vai fazer com os fontanários, no caso de o serviço ser entregue à empresa de águas. São eliminados ou ficam ligados à rede? -----



Handwritten signatures: "Lando Tabuaço" and another illegible signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Falou de seguida o deputado **Moutinho de Carvalho** para dizer que gostaria de ter interpretado com maior profundidade as palavras do senhor Presidente da Câmara, quando disse que gostava de que aqui se resolvesse esta situação. Interpretou esse "aqui" no espaço e no tempo indeferido, porque quando disse aqui não quer dizer agora. Deixou no entanto a sugestão do Executivo repensar a situação dos regulamentos, taxas e tarifas, adiando o assunto para uma nova reunião da Assembleia Municipal. -----

Voltou a intervir o Presidente da Câmara para, em resposta ao deputado **Luís Aguiar Ferreira**, dizer que, salvo melhor entendimento jurídico, o regulamento é aprovado como base e só posteriormente serão apreciadas as taxas, que estão em anexo e são as que constam no **Ponto Quatro** da convocatória. Referiu ainda que, à imagem do que sucedeu no passado, aprova-se o regulamento e as taxas são aprovadas *à posteriori*, não havendo a intenção de impor nada, mas sim alargar o mais possível a discussão, podendo promover-se, se necessário, a realização de uma reunião extraordinária para o efeito, de modo a chegar a um consenso, mas sempre com o princípio de que os serviços prestados terão de ser pagos, como acontece na maioria dos municípios. -----

Em resposta ao Presidente de Távora e Pereiro, o Presidente de Câmara voltou a afirmar que nada aponta nesse sentido e se alguma decisão for tomada, será sempre neste local e objeto de discussão, para o qual está também a ser feito um estudo para se saber o real valor daquilo que há no concelho e só depois estudarem o melhor para o concelho: se gerir por conta própria ou em parceria com outros. Referiu ainda que de uma forma isolada, o concelho não tem escala para uma gestão eficiente e que em associação com outros municípios, tal será mais viável, até porque qualquer candidatura tem que ser elaborada em conjunto, mas a realidade em qualquer das modalidades a seguir implica o aumento dos preços a pagar pelos munícipes. -----

A intenção da empresa das Águas, que por mais que uma vez mostrou que não ser bom parceiro para negociar, não vai entregar a gestão de "mão beijada" e daí que a melhor solução será a formação de uma associação para que seja o próprio município a gerir estes recursos. -----

De seguida, voltou a intervir o Presidente da Junta de Sendim para dizer que o regulamento não acautela a situação da sua freguesia, pois há anos que a responsabilidade da sua junta na gestão do sistema local anda a ser regulamentada verbalmente, reivindicando em nome da população o ressarcimento pela eventual transferência, na medida em que tal se traduz em muitos anos de investimento. -----

O Presidente da Junta de Valença do Douro recordou a dificuldade no abastecimento da sua freguesia e informou que nos últimos tempos têm sido abertos muitos furos para



Paulo Vach

Alves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

captação de água, querendo saber qual a legalidade dessas captações, se é a Câmara que autoriza, ou se é outro organismo estatal. -----

O Presidente da Câmara, devido à sensibilidade da matéria, propôs que este assunto fosse agendado para outra altura, com o compromisso de que previamente deveriam ter lugar algumas reuniões de trabalho, de modo a se chegar a uma posição comum. Em relação ao pedido de esclarecimento do Presidente da Junta de Valença do Douro, disse que nada passa pela Câmara, mas sim por Mirandela, onde estão sedeados os serviços competentes, a quem a Câmara poderá solicitar informação detalhada, para que haja um maior controle sobre este assunto. -----

O Presidente de Távora e Pereiro voltou a intervir para dizer que é justo que toda a gente pague, mas perguntou o que pensam fazer na freguesia do Pereiro, nos lugares onde não há água nem saneamento, querendo saber qual o regulamento, porque aquela freguesia é abastecida por Ranhados. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Moutinho de Carvalho** para dizer que já todos entenderam que a forma atual não está bem mas é possível fazer melhor, porque as tarifas que vêm no primeiro ponto, nada tem a ver com as taxas, que também podem ser revistas e conjugadas tarifas com as taxas e com os referidos escalões a ser estudados. Disse ainda que esta situação regulamentar está entupida e que para remeter outra vez à Câmara Municipal já se devia ter dito que não se fazia isto agora, uma vez que a reunião já começou e não se pode alterar a Ordem de Trabalhos, porque está convicto de que estão todos de acordo para que estes documentos voltem para trás para serem repensados e o seu voto, se for contra, será apenas para que este assunto volte para trás.

O Presidente da Assembleia Municipal teceu algumas considerações sobre as intervenções feitas nesta reunião, destacando a falta de acompanhamento por todos, nos quais se inclui, para que estas propostas fossem apresentadas em fase de discussão pública, o que constitui falta de cidadania no acompanhamento dos assuntos da Câmara Municipal. Pois se as questões aqui levantadas fossem colocadas em tempo oportuno, haveria certamente a oportunidade do Executivo, no seu fórum, poder ter essas sugestões em conta e encontrasse alternativas, que na Assembleia seriam debatidas. -----

Por outro lado questionou o Presidente da Câmara, para saber se a sugestão por si apresentada é só sobre o **Ponto Seis** referente à Tabela das taxas, ou se acha que devem ser revistos, nomeadamente a sugestão apresentada pelo Presidente da Junta de Sendim, em fazer uma reapreciação dos regulamentos. -----

O Presidente da Câmara disse que continua a entender que a questão dos regulamentos é pacífica, porque não se refere às taxas, que serão aprovadas posteriormente. Em relação



Leandro Vard
Alegria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

a Sendim disse que a gestão local terá de continuar a ser tratada verbalmente, porque a Lei não permite que no mesmo território haja dois sistemas de gerência, voltando a insistir no facto de que a aprovação do regulamento nada tem a ver com o aumento ou não das taxas, porque o mesmo já existe. -----

O deputado **Paulo Mota** usou da palavra para dizer que o que depreendeu das palavras do Presidente da Assembleia Municipal é que qualquer membro deste órgão que aqui veio manifestar uma posição contra o que foi apresentado pela Câmara Municipal e hoje aqui discutido e votado devia ter sido feito na condição de munícipe. É feito aqui na condição de membro da Assembleia, recordando ao Presidente da Assembleia que, como não o tenha feito enquanto munícipe, se ele votará favoravelmente estes pontos. -----

O deputado **Paulo Mota** frisou ainda que a sua posição é muito clara em relação aos pontos em discussão, quer os regulamentos, quer as taxas, dando como opinião que o melhor é votá-los em consciência, expressando o direito de voto e se forem chumbados, caberá ao Executivo apresentar as devidas alterações para poder ser apreciado novamente. Perguntou ainda, porque é que se está a tomar esta posição. Se terá sido porque alguém a impôs, ou porque a Lei a isso obriga, ou será porque Tabuaço é um dos cinco municípios todos interiorizados, ou será porque estamos a pagar também a mais cara autoestrada do país por quilómetro, apelando a reflexão de cada um, sendo um dever dos vários órgãos autárquicos zelarem pelo bem-estar e interesse dos seus munícipes. Quanto ao acordo que existe com Sendim, o deputado **Paulo Mota** disse não o conhecer, mas tem a certeza de que o mesmo não pode ser verbal. -----

O deputado **Moutinho de Carvalho**, referindo-se a este e anteriores executivos, perguntou o porquê de, havendo regulamentos, estes não foram postos em prática. Considerou que o que não se pode é fazer um novo regulamento para não cumprir e ao fazer-se deve haver a preocupação para que seja o mais correto e aplicável a toda a gente. -----

O deputado **Luís Ferreira** voltou a usar da palavra dizendo que pelo decorrer dos trabalhos, tudo indica que os pontos iriam ser votados e entregou na Mesa uma declaração de voto prévia sobre a situação e, tendo em conta que dados revelados pelo INE apontam o concelho de Tabuaço no *Top 5* com menor poder de compra, anunciou o seu voto contra e a referida declaração de voto foi entregue e fará parte integrante desta ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu a retirada dos pontos em questão, aguardando então que a Câmara Municipal fizesse chegar à Assembleia um novo documento onde constassem as várias sensibilidades, passando esta decisão para o plenário, que caso se manifeste contrariamente, então se procederia à votação. -----



Handwritten signatures in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Do ponto de vista formal, o deputado **Moutinho de Carvalho** não considera exequível esta solução, no entanto a proposta é igual aquilo que se tem vindo a debater, porque qualquer das soluções apresentadas o resultado é o mesmo, ou seja, regressa ao executivo para rever, não tendo valido de nada toda a discussão feita em torno deste assunto. -----

O Presidente da Câmara por sua vez, e apesar de reconhecer que não tem influência na decisão a ser tomada pelos senhores membros da Assembleia considerou que o ideal seria colocar à votação e aceitar democraticamente o resultado apurado. -----

Terminadas as intervenções, foram votados os quatro pontos em separado, tendo o **PONTO TRÊS** sido rejeitado com **dezasseis votos contra, oito votos a favor e quatro abstenções**. -----

No final da votação, foi apresentada uma declaração de voto pelo Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, justificando a sua decisão considerando que, tal como aconteceu no passado, não foram salvaguardados os interesses das freguesias. -----

Outra declaração de voto foi feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, com o argumento de que não estavam salvaguardados os interesses da sua freguesia. -----

O deputado **Paulo Mota** disse que subscrevia a declaração apresentada pelo deputado **Luís Ferreira**. -----

O mesmo sentido de votação foi também declarado pelos deputados, **Moutinho de Carvalho, Arlindo Augusto Genésio Gouveia, Ricardo Soares, Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes, Maria Goretti Neves Ribeiro, Fernando Covelinhas, Rosa Alves de Sousa** e ainda pelos Presidentes de Junta de Freguesia de **Arcos, Chavães, Desejosa, Longa, Valença do Douro, União de Freguesias de Paradela e Granjinha e União de Freguesias de Távora e Pereiro**. -----

Seguidamente foi posto à votação o **PONTO QUATRO** e o mesmo foi rejeitado com o resultado de **dezoito votos contra, oito votos a favor e duas abstenções**. -----

Posto a votação o **PONTO CINCO**, foram obtidos os seguintes resultados: -----

Dezasseis votos contra, dez votos a favor e duas abstenções. -----

Este ponto teve ainda a declaração de voto do Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, com o argumento de que as ETAR's, não estão a funcionar. -----



Ricardo Soares
Alfaro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O PONTO SEIS após ser votado foi apurado o seguinte resultado: -----

Dezoito votos contra, seis votos a favor e quatro abstenções. -----

O deputado **Moutinho de Carvalho** fez declarações de votos nestas votações, dizendo que os mesmos vão no sentido da defesa de todas as freguesias do concelho e de todos os tabuacenses. -----

Houve a declaração de voto do Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, no sentido de que primeiro se deve oferecer os serviços aos cidadãos e só depois cobrar pelos mesmos. -----

O deputado **Ricardo Manuel Martins Soares** apresentou à mesa uma **declaração de voto**, onde invoca os motivos para rejeitar os pontos 3,4,5 e 6 da convocatória. Esta declaração será parte integrante da ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal pôs à apreciação do plenário a decisão para que se fizesse um intervalo para almoço, sugestão aceite pelo mesmo quando eram treze horas e cinquenta minutos. -----

Os trabalhos foram reiniciados, quando eram, quinze horas e trinta minutos, e feita a chamada, verificou-se a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, justificando-a previamente, com motivos de ordem profissional. -----

Entrou de imediato o **PONTO SETE** sobre a primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano de 2015 e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, para que se pronunciasse sobre este assunto. -----

O Presidente da Câmara começou por dizer que, à semelhança do que já aconteceu no ano anterior e atendendo ao facto de haver dívidas de curto prazo que foram alvo de acordos de pagamento faseado - dívida essa que transitou para outros anos - e ainda pelo facto de haver outras componentes que não tinham sido executadas, foi feita uma revisão ao orçamento no valor de um milhão quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e quatro euros, deixando a ideia de que o objetivo é tentar a aproximação ao máximo do valor que a legislação impõe, de forma a evitar a penalização. Disse ainda que se fica aquém, uma vez que ainda existe um orçamento acima das possibilidades, pois o real deveria rondar os oito ou nove milhões de euros, valor que corresponde às receitas, quer próprias ou do F.E.F. e, devido àquela dívida de curto prazo que ainda persiste - a que está em acordos e a que ainda não está - tal valor tem de transitar para o Orçamento, motivo pelo qual ainda não se conseguiu fazer baixar o valor para a sua real dimensão. -----



Luís Ferreira
Alegre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O deputado Luís Ferreira pediu a palavra dizendo que, tendo em conta o exposto pelo Presidente da Câmara e pelo que defende, esta revisão devia ser chamada de anulação, até porque o ano passado foi aqui falado, que tudo isto era feito com base nas indicações do Tribunal de Contas e ainda naquilo que os concelhos vizinhos estavam a fazer, facto que continua por ser demonstrado e, neste seguimento, depois de proceder à sua leitura, entregou à Mesa uma declaração de voto, para anunciar o seu voto contra pelas razões que indica e constam no documento, que será parte integrante desta ata. -----

Não havendo mais intervenções, foi o **PONTO SETE** posto a votação, tendo sido **aprovado por maioria com quinze votos a favor e doze votos contra**. -----

O Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro, fez uma declaração, justificando o seu voto com a não transferências de verbas, da Câmara Municipal, para as suas freguesias. -----

Os trabalhos continuaram com a entrada no **PONTO OITO** sobre o orçamento das receitas e despesas para o ano de 2016 e aceitando a sugestão do Presidente da Assembleia Municipal, foram também discutidos os **PONTOS, NOVE e DEZ** já que os assuntos estavam interligados. -----

Referindo-se ao Orçamento para o ano 2016 e Plano de Atividades, o Presidente da Câmara disse que a Câmara continua a ter um substancial número de dívidas de curto prazo que vêm do passado e, se já se conseguiu acordar com os credores e pagar algumas delas, outras lamentavelmente não foi possível, muitas destas em litígio judicial, sendo que na sua larga maioria as respetivas sentenças não serão favoráveis à autarquia e, assim sendo, o que seria um orçamento real a rondar a verba exposta no ponto anterior - que são as receitas do município - acaba por ter um valor acrescido de três ou quatro milhões. -----

Disse ainda o Presidente da Câmara que não obstante este não é um orçamento parco em ambição, mas, analisando todas as rubricas, permite perspetivar aquilo que será o próximo Quadro Comunitário e ter a abrangência necessária para, em todas as áreas e sectores, poder candidatar projetos e, caso haja acesso a esses fundos comunitários, poder executar esses investimentos no concelho, continuando, no entanto, a defender a delegação de competências, só ainda não concretizadas porque a atual situação financeira não o permite e tal obrigaria a não cumprir os acordos a assinar. -----

O Presidente da Câmara mantém a esperança que no decorrer do próximo ano e através da consolidação da dívida, se consiga pôr em prática aquilo que já foi transmitido aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Referiu ainda que se a referida consolidação for feita, tal implica a alteração do orçamento, porque a grande parte daquilo que é a



Luís Ferreira

Luís Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

divida de curto prazo e que tem de transitar por falta de possibilidades no pagamento, à partida essa dívida seria concretizada e logo aí a taxa de execução seria superior. -----

Informou também que a Câmara pagou, nos últimos dois anos, cerca de quatro milhões e seiscentos mil euros, referentes a dívidas antigas e empréstimos que não se refletem em obras deste mandato, para frustração de todos. A realidade é que devido a esses compromissos antigos e sentenças proferidas, a juntar aos juros de mora e empréstimos, foram pagos os indicados quatro milhões e seiscentos mil euros, ou seja, o equivalente a um ano de F.E.F. Tal esforço foi agravado pelo cumprimento das prestações do saneamento financeiro, que começaram a vencer em março de 2013 e que leva dos cofres da câmara cerca de um milhão e cem mil euros anuais. Se assim não fosse haveria por certo outro fôlego, que permitiria satisfazer melhor e de forma mais abrangente as solicitações dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesias. -----

Continuando a sua intervenção, o Presidente da Câmara voltou a lembrar que o orçamento está nos treze milhões de euros, consciente de que é um valor superior aquilo que vai ser possível executar, sublinhando o facto de haver rubricas em todos os sectores para a eventualidade do concelho ser beneficiado com a aprovação de algumas candidaturas a fundos comunitários. -----

Disse também que, atendendo a este esforço contínuo que tem vindo a ser feito e salientando ainda a paciência dos Presidentes de Juntas, solicitou um voto de confiança na aprovação destes documentos, com a esperança de que o próximo ano será melhor, que aquele que agora termina.

O deputado **Luís Ferreira**, pediu a palavra para que fosse esclarecido sobre as rubricas que não têm qualquer tipo de descritivo, mas nas quais têm verbas definidas, não sabendo portanto a que se referem, citando os vários exemplos nas diversas páginas do orçamento. -----

O Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, tendo sido chamada a **Chefe da Divisão Financeira** que começou por explicar que, relativamente ao programa habitacional para idosos, o código da classificação económica é que identifica a rubrica, porque o programa informático está assim feito, referindo que se um código é para administração direta, o outro é para transferências. -----

No que concerne à rubrica sobre o abastecimento de água, os valores reportam a taxas de recursos hídricos e do fornecimento que são pagas em cada fatura. Não aparece à frente a descrição, porque o programa é mesmo assim, figurando apenas o nome da atividade e depois as rubricas que constam no POCAL ou Plano de Orçamento que está identificado na parte da despesa. -----



Paulo Mota
Alegre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

De seguida usou da palavra o deputado **Paulo Mota**, fazendo a leitura de um texto que no final entregou à Mesa, e que será parte integrante desta ata, onde constava uma proposta de alteração ao Orçamento, como condição e em nome do seu grupo parlamentar, votar a mesma favoravelmente caso as pretensões em mapa anexo fossem satisfeitas e que implicava o seguinte: a transferência em duodécimos para as freguesias, tendo por base o valor de 300 mil euros anuais, suportado em três fatores objetivos, cabendo 40% do total distribuído em igual pelas freguesias, 30% do total pelo número de eleitores de cada freguesia e os últimos 30% do total pelas áreas das mesmas freguesias, sendo esta forma mais equitativa e justa. -----

Em resposta a esta proposta, o Presidente da Câmara disse que não concorda com o que foi dito sobre a falta de estratégia e investimento, lembrando que o mesmo havia sido dito aquando da aprovação em sessão de Câmara deste orçamento que, apesar das dificuldades financeiras, prevê que a autarquia dispõe de atribuições e rubricas que permitirão aceder aos fundos comunitários e realizar investimentos para tentar alavancar a economia do concelho e, em consequência, promover o crescimento, gerar emprego, proporcionando assim um maior bem-estar aos munícipes. -----

Apesar de ser dito que este orçamento se limita à gestão corrente do município, tal facto não espelha a realidade da atividade municipal e encontra-se claramente desprovido de argumentos que sustentem tal opinião, porque o mesmo prevê uma série de rubricas criadas e implementadas pelo atual executivo, como também contempla a enorme maioria das rubricas que compunham os orçamentos de executivos anteriores. Disse ainda aplaudir a proposta do deputado **Paulo Mota**, se fosse possível garantir que esses fundos estivessem disponíveis para transferir para as juntas de freguesia, porque ninguém mais que o executivo gostaria de poder satisfazer todos os pedidos que são feitos e alcançar cada um os objetivos a que se propuseram. Mas a realidade do valor colocado este ano no orçamento são 150 mil euros definidos e 100 mil euros a definir, vai depender da capacidade de consolidação da dívida, não havendo a possibilidade de transferir uma verba de 300 mil euros, quando não há capacidade financeira para gerar essa receita. -----

O deputado **Paulo Mota** voltou a usar da palavra para uma vez mais solicitar a alteração no orçamento para a transferência daquela verba, tendo sido dito pelo Presidente da Assembleia Municipal tal proposta não é viável, cabendo apenas ao plenário aprovar ou rejeitar, mas não alterar um documento enviado e aprovado pelo executivo municipal, que só ao mesmo compete alterar para onde será enviado em caso de rejeição pela Assembleia Municipal. -----

A deputada **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes** manifestou o desejo desta alteração, porque não estava em causa o aumento de verbas, mas apenas uma



Handwritten signatures in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

distribuição diferente das mesmas. Disse também que, para essa distribuição ser uniforme, deveria haver um levantamento e ser informada concretamente, dos valores gastos em cada freguesia para avaliar e numa futura reunião fazer o acerto. -----

O Presidente da Câmara, não concordou com a intervenção da deputada **Eugénia Paixão Lopes**, porque na verdade as verbas definidas e a definir são num total de 250 mil euros e não 300 mil como a proposta indica, e disse ainda que não tem grande sentido estar a definir a estratégia da distribuição de verbas quando nem sequer se sabe, quais as competências e áreas em que cada uma das juntas de freguesia estará disponível para assumir, porque embora esteja na lei, existem uma série de rubricas e algumas juntas de freguesias poderão escolher umas e as demais escolherão outras, reportando para uma reunião que existiu com os senhores Presidentes de junta, para cada um avaliar as competências que quererão assumir, para que a verba correspondente possa ser transferida e defina os trabalhos no seu território. -----

Voltou a usar da palavra o deputado **Luís Ferreira** e disse ser de todo justa a proposta do deputado **Paulo Mota** e à mesa caberá coloca-la à disposição dos senhores membros e os mesmos decidirão. -----

Ainda relativamente a este assunto o Presidente da Câmara entendeu que tal proposta não tem enquadramento legal e manteve a dúvida quanto à alteração neste sentido ao orçamento, um documento que vem à Assembleia para ser ou não aprovado. -----

Seguidamente falou o deputado **Victor Manuel da Costa**, para apelar ao bom senso, porque verifica uma concordância a nível de valores, podendo avançar-se nesse sentido e o assunto ficaria solucionado e em sessões futuras se discutiria a forma como as verbas seriam distribuídas e aplicadas. -----

Quanto às reuniões dos Presidentes de Junta de Freguesia com o executivo, entende o Presidente de Távora e Pereiro, que as mesmas devem ser marcadas com alguma antecedência, porque na última não pôde estar presente. -----

Por último, o Presidente da Assembleia Municipal voltou a lembrar que estes documentos são da responsabilidade da Câmara Municipal, pelo que à Assembleia cabe discuti-los e votá-los. -----

O Presidente da Câmara, invocou depois um parecer jurídico de uma causídica de nome **Maria José Castanheira Neves**, Diretora dos Serviços Jurídicos da Administração Local, onde diz que para aprovar as Opções do Plano e Orçamento bem como a Prestação de Contas, são votadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e de



Paulo Mota
Amaral

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

acordo com lei, não pode o órgão deliberativo, proceder a qualquer alteração proposta enviada pelo executivo. -----

Após ouvir os intervenientes e fazendo uma reflexão, o deputado **Paulo Mota**, propôs a todos os colegas e Presidentes de Junta de Freguesia, que votassem contra os dois documentos, porque considera desajustado e injusto a forma como o executivo tem atuado ao longo do mandato, sem efetuar as devidas transferências para as Juntas, sendo esta a forma de protesto pela atual gestão da Câmara Municipal. -----

Usou de seguida da palavra o Presidente da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, dizendo que, salvo melhor opinião, a discussão estava a ser desviada do real, que era apreciar tais documentos, apesar de achar a proposta do deputado **Paulo Mota** muito interessante, o certo é que a seu tempo poderá vir a ser analisada, mas não agora, porque embora gostasse de receber a parte que dizia respeito á sua União de Freguesias falta saber se a Câmara terá disponibilidade para o fazer e não é por isso que deixa de gostar mais ou menos da sua freguesia por votar estes documentos, não se podendo ir além do que é aceitável neste tipo de exigência. -----

Em resposta o deputado **Paulo Mota** disse que desviar-se deste assunto, foi coisa que não fez, dizendo-se muito concentrado na defesa e interesses das freguesias, independentemente da sua cor política, ou da amizade em relação a qualquer Presidente da Junta de Freguesia. -----

Terminada a discussão foram os três pontos votados em separados e apurados os seguintes resultados: -----

PONTO OITO: aprovado com catorze votos a favor, doze votos contra e uma abstenção.

PONTO NOVE: aprovado com catorze votos a favor, doze votos contra e uma abstenção. -----

PONTO DEZ: aprovado por unanimidade. -----

Entrando no Último Ponto da convocatória em “**Outros assuntos de interesse para o Concelho**” foram aceite inscrições para intervenções e falou o Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro sobre a aplicação de produtos fitofarmacêuticos e, de acordo com a nova lei, propôs que a Câmara arranjasse instalações próprias para armazenar este tipo de produtos e diligenciasse no sentido da formação para que evitassem a prestação de serviços dos privados. Fez ainda o pedido de que às freguesias seja dado o mesmo tratamento. -----



Handwritten signatures of Rui Manuel and another individual.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Junta de Longa solicitou a intervenção na área do recinto da Senhora da Saúde, devido a um poste de electricidade, tendo o Presidente da Câmara dito que o caso será remetido para a EDP a quem vai ser transmitido, devendo voltar a alertar os serviços camarários caso a situação não seja resolvida breve prazo. -----

O Presidente da União de Freguesia de Barcos e Santa Leocádia agradeceu ao executivo municipal todo o apoio prestado, embora em relação ao saneamento haja muito para fazer, pois após a construção da ETAR nada mais foi feito, tendo que muitas vezes ouvir as reclamações da população. Pediu intervenção para a igreja de Barcos, nomeadamente no telhado que está a precisar de obras urgentes. Pediu também para que a solução da lavagem dos contentores do lixo seja resolvido, porque há mais de meio ano que uma ação dessas não se verifica, terminando com o desejo de um bom ano novo para todos. --

O deputado **Victor Manuel da Costa** interveio no sentido de que o *site* da Câmara fosse atualizado sempre que possível, para que quem vive longe possa estar dentro dos assuntos que o município vai vivendo. Outro assunto que mencionou foi a cobertura de todo o concelho de internet no sistema *wireless*, que em tempos constou como uma possibilidade, querendo saber como estava este assunto. -----

Para responder a estas intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder às questões formuladas, nomeadamente à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, entende-a como premente, admitindo que as empresas privadas cobram valores elevados para a aplicação dos mesmos, podendo ser a própria câmara responsável pelo apoio técnico, bastando que para tal se defina a estratégia a seguir e caso seja possível, ser alguém aqui residente a fazer essa tarefa. Quanto ao *site*, disse que a muito breve prazo seria normalizado e em relação à internet, houve realmente em tempos um projeto baseado numa experiência na Galiza, mas não avançou havendo no entanto uma esperança de que o próximo Quadro Comunitário, possa trazer algum benefício para que o sistema seja implementado. -----

Relativamente ao problema apresentado pelo cidadão **José Luís Pinto Barradas**, o Presidente da Câmara disse que a autarquia tem seguido as indicações, quer dos serviços técnicos da Câmara Municipal, quer do Gabinete Jurídico e sobre este assunto, respondeu também às questões colocadas pelo Presidente da União de Freguesias de Távora e Pereiro e pelo deputado **Paulo Mota**, de modo a saber quem suportaria os custos com a obra, se a posse administrativa do terreno já foi tomada e qual o motivo da sua suspensão. -----

Dada a palavra ao Presidente da Câmara, informou que a posse administrativa não foi tomada e por tal motivo a obra foi suspensa. Quanto ao custo da obra, os proprietários



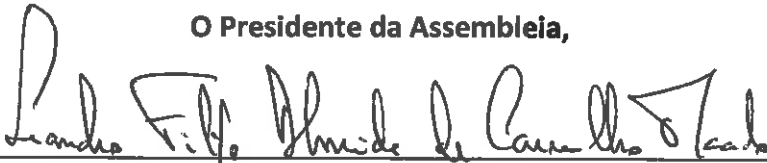
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

foram notificados mas se não houver vontade dos mesmos para a recuperação, então a Câmara fará e apresentará aos proprietários o custo da mesma. -----

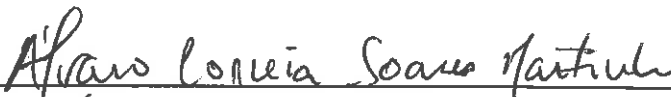
Não havendo mais intervenções, a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata e sujeita a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal encerrou os trabalhos, quando eram dezassete horas e quinze minutos, com o desejo de que todos tenham um feliz ano novo e para que faça fé e validade, vai esta ata ser assinada pelo Presidente e respetivos secretários. -----

O Presidente da Assembleia,


(Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo)

Os Secretários,


(Álvaro Correia Soares Martinho)


(Anabela Susana Paiva Martins Oliveira)